#### **LUTA PELA TERRA**

Vinicius Maia Cardoso Mestre em História do Brasil pelo PPGHB da Universidade Salgado de Oliveira maia-vinicius@hotmail.com

#### **RESUMO**

Neste trabalho pretende-se analisar a relação da crença à figura de São José da Boa Morte relacionada à construção da igreja homônima pela elite agrária e escravista local entre a primeira metade do séc. XVIII e a segunda metade do séc. XIX. Pari passu, associar essa crença às expressões da religiosidade católica popular na sociedade de Cachoeiras de Macacu e às interpretações do conceito da "boa morte" e sua vinculação com a história local, tidas interdependentes no contexto das relações socioeconômicas e políticas na busca pelo acesso à terra. Analisar que a religiosidade e luta política misturaram-se na história que acompanha essa igreja, espaço de prática religiosa de livres, libertos e cativos no século XVIII e XIX e posterior símbolo na luta dos lavradores na disputa pela propriedade e direito à terra no século XX.

Na década de 1970, Cachoeiras de Macacu encontrava-se subdividido em duas paróquias: de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Sede <sup>1</sup> e Sant'Ana, no 2º distrito de Japuíba. O 3º distrito, Subaio, recebia atenção dos padres de ambas. Seus respectivos vigários, padres Agostinho van den Broek e Joaquim Van Leween, holandeses da ordem religiosa Missionários do Sagrado Coração – MSC², atuaram nitidamente na linha de ação pastoral da Teologia da Libertação.

<sup>1</sup> O então bispo da Diocese de Nova Friburgo, à qual estão subordinadas referidas paróquias, era o beneditino D. Clemente José Carlos Isnard, que em 1960 criou a paróquia de N. Senhora da Imaculada Conceição, desmembrando-a da de Japuiba.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> O padre Agostinho faleceria no primeiro semestre de 2006 e o padre Joaquim encontra-se atualmente à frente de uma paróquia na região do Araguaia.



Foto 1: Padre Joaquim van Leween (MSC) Fonte: Paróquia Nossa Senhora das Graças (PA) Disponível em: http://www.misacor-rj.org.br/conteudo/conteudo.php?id=29. Acesso em: 08 set. 2012



Foto 2: Padre Agostinho van den Broek (MSC) Na foto também aparecem Diva Duarte (centro) e D. Zilda Salvaya Fonte: Arquivo pessoal de Diva Duarte

No documento "Os pobres herdarão a terra - Pronunciamento de Bispos e Pastores Sinodais sobre a Terra" encontramos uma síntese das motivações do trabalho pastoral desta corrente teológica da Igreja Católica no Brasil. Diz o documento em sua introdução:

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> O documento encontra-se veiculado na internet e conta com a assinatura de dezenas de representantes das Igrejas.

"Após se completarem 25 anos do documento "Igreja e Problemas da Terra", aprovado pela Assembléia Geral da CNBB, em 1980; quando a Comissão Pastoral da Terra, CPT, acaba de celebrar os 30 anos de existência, a serviço dos povos da terra; ao comemorarmos o trigésimo aniversário da morte do Padre João Bosco Penido Burnier (12/10/76), o vigésimo da morte do Padre Josimo Morais Tavares (10/05/86), o 10º aniversário do massacre de Eldorado de Carajás, com a chacina de tantos pobres, leigos (17/04/96) e o primeiro aniversário da morte de Irmã Dorothy Stang, (12/02/05), mártires da terra, terra sempre prometida por Deus e sempre negada pelos detentores do poder, nós, bispos das Igrejas Anglicana, Católica, Metodista e pastores Sinodais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, IECLB e membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - CONIC, queremos refletir a realidade do campo, da água e das florestas do Brasil, neste início do século XXI. Buscamos encontrar os melhores caminhos para apoiar a causa de todos os que vivem do trabalho da terra em nosso país e suas organizações e movimentos para que cresçam na construção de sua autonomia e na busca de soluções duradouras e eficazes para seus problemas." 4

A tônica na luta pela terra, junto a novas demandas da sociedade, como o acesso democrático à água e à preservação do patrimônio natural vem como proposta de ação no conjunto de uma teologia alimentada na concepção de que a terra, água e floresta são dons de Deus e de direito de todos. Tais direitos, seriam simbolicamente legitimados pelo sangue dos mártires que deram suas vidas por esta causa, a exemplo do sangue de Cristo, vertido na cruz por todos e sinal da aliança definitiva de Deus com a Humanidade na construção de uma sociedade que priorize a manutenção da vida, e do que garanta esta vida: terra, água e florestas, a Natureza. Neste sentido, cumpre formar um caráter pluralista na abordagem da religiosidade, exemplificado na presença das correntes de pensamento religioso citadas no documento.

Frei Betto, em entrevista publicada no periódico Socialismo e Democracia, sob o título "Teologia da Libertação e Socialismo", definiu o que seria esta linha teológica, fruto não de um trabalho "de cima para baixo", onde o teólogo elabora o pensamento a ser seguido na Igreja e este é posteriormente transmitido aos leigos:

A Teologia da Libertação é um novo método de fazer Teologia e não uma corrente teológica na Igreja. Teologia é a reflexão que os cristãos fazem a respeito da presença de Deus na história da Humanidade (...) teólogo é aquele que carrega o patrimônio das

\_

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Os pobres herdarão a terra - Pronunciamento de Bispos e Pastores Sinodais sobre a Terra. p.01

ciências religiosas e complementares a elas, como a antropologia, a filosofia, a hermenêutica...e recolhe essa teologia produzida pela reflexão da comunidade cristã, sistematizada e devolve-a à comunidade.<sup>5</sup>

A ação do teólogo deve ser posterior à sua experiência no cotidiano das comunidades, vivenciando suas demandas. Detentor de um saber específico realizaria então sua produção no campo teológico. Assim, há que ser efetiva a aproximação do teólogo com a base da sociedade, em contato com os grupos desfavorecidos no acesso aos bens legados por Deus a todos. E prossegue frei Betto: "Na Igreja nós temos atualmente dois métodos teológicos, o método da tecnologia liberal européia e o método da teologia da libertação latino-americana em expansão pela África e Ásia", contrapondo dois projetos de igreja, uma tradicional e outra, libertária, nos parâmetros já expostos.

A Teologia tradicional tem um método dedutivo, ela parte de conceitos. O Teólogo é aquele que consumiu toda uma bibliografia referente a um determinado tema e tenta através da sua elaboração acadêmica acrescentar mais um livro a essa bibliografia; uma Teologia elaborada em gabinetes, salas de aulas enquanto a Teologia da Libertação tem como gancho a Pastoral Operária e a Comissão Pastoral da Terra, o enfrentamento com as ditaduras militares, a experiência da tortura, do assassinato, da ocupação da terra, enquanto a Teologia tradicional é ascética e com cheiro de incenso. <sup>6</sup>

A Teologia da Libertação é vista por frei Betto no sentido de ação concreta dos cristãos através "do reencontro com aquela [teologia] elaborada na Igreja nos primeiros séculos, a partir da prática de Jesus e dos seus Apóstolos", sendo a busca por uma utopia que vê não como um sonho, mas como busca por uma igreja nos moldes do cristianismo primitivo, através da permanente reconstrução. Tal projeto de sociedade é também partilhado no Pronunciamento dos Bispos e Pastores Sinodais sobre a Terra, em seu item 94: "Este projeto de fraternidade e de partilha é o centro da vida de Jesus e das primeiras comunidades que, em memória dEle, fizeram do pão partilhado

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p.49.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p. 50-51.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p. 51

sacramento da presença viva do Senhor até que Ele venha e, ao mesmo tempo, compromisso com a construção de uma sociedade fraterna e igualitária, marca identificadora da vivência apostólica: "E não havia entre eles necessitados" (At 3,34). <sup>8</sup>

Entretanto, frei Betto, apesar do título de sua entrevista, Teologia da Libertação e Socialismo, não limita os objetivos da Teologia da Libertação ao alcance de um regime político, mas avança, no sentido que...

nossa utopia não se esgota em nenhum projeto socialista; vai além, porque a categoria que nós utilizamos de Reino de Deus na Terra é uma categoria utópica, que permite mantermo-nos alertas e ativos em todos os processos sociais (...) por princípio, um cristão jamais pode estar satisfeito com um projeto político, social e econômico, na medida em que, de alguma maneira, ele vive isso. A própria história é uma permanente tensão e contradição; querer paralisá-la é querer negá-la.<sup>9</sup>

E descarta o capitalismo como caminho para a justiça social por ser "...a própria negação dos valores evangélicos porque é o reino do egoísmo e o egoísmo é o núcleo do pecado". 10 Esta dimensão de uma ação concreta dos cristãos na história não se restringe apenas à ação pastoral na vertente do catolicismo. No "Pronunciamento de Bispos e Pastores Sinodais sobre a Terra", acima já mencionado, ela é reconhecida também entre protestantes: "A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, desde os primeiros momentos foi uma das protagonistas das ações da Pastoral da Terra - CPT. Um destacado grupo de pastores assumiu as lutas e as causas dos camponeses e camponesas, sobretudo em algumas regiões do país. Em 1982, a IECLB colocou como reflexão do ano a temática da terra, com o lema "Terra de Deus, Terra para todos". Levou para dentro da Igreja o debate sobre a realidade da terra (mais da metade dos membros da Igreja era formada por pequenos agricultores). As comunidades de confissão luterana se debruçaram sobre esta realidade. O Concílio Geral da IECLB, em 1990, aprovou que a Igreja "voltasse a se empenhar pela Reforma Agrária". A Igreja Católica, em 1986, dedicou a Campanha da Fraternidade também ao

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> I Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p. 51

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p. 53

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p.52

tema da terra visando sensibilizar as comunidades católicas e toda a sociedade. Com o lema "Terra de Deus, Terra de Irmãos", apresentou dados sobre a concentração da terra no Brasil, o êxodo rural que esvaziava o campo e inchava as periferias das grandes cidades, os grandes projetos tanto públicos quanto privados, apoiados pelos governos, a violência contra os camponeses e trabalhadores." <sup>11</sup>

Se, dentro do exposto, a Teologia da Libertação "per si" propõe uma visão dialética, ação dos cristãos, leigos ou não, na História, numa opção preferencial pelos pobres como uma de suas linhas mestras de ação, delimitando uma intervenção na sociedade também no campo político so parece que o avanço de propostas conservadoras na condução do pensamento e práticas da Igreja, que reportam ao tipo de teologia tradicional já apresentado, é opção consciente de ação pastoral e catequética subordinada a quadros mentais dos setores dominantes na hierarquia da Igreja. Adotei as vertentes teológicas apresentadas como condutoras da explanação, percebendo as duas formas de religiosidade vinculadas à história da igreja de São José da Boa Morte.

# A Igreja tradicional

As ruínas da igreja localizam-se no que foi a Fazenda São José da Boa Morte. Desapropriada definitivamente em 1981, tornou-se assentamento rural, hoje emancipado, no 3º distrito do Subaio, em Cachoeiras de Macacu. Construída na freguesia da Vila de Santo Antônio de Sá, Vila esta fundada em 05/08/1697 por Artur de Sá e Menezes. Da sua matriz, de Santo Antônio, São José da Boa Morte foi capela filial. Nesta freguesia existiam Irmandades de brancos livres e de cativos e, de acordo com o Livro de Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro, "além das referidas, há outra mais, de São José da Boa Morte, eréta por autoridade do Exmo. Sr. D. Fr. Antônio do Desterro na Capela do mesmo termo, fundada em Aguapehy-Asú, com Compromisso

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> "Os pobres herdarão a terra - Pronunciamento de Bispos e Pastores Sinodais sobre a Terra" Item 7, p.3

Diz o teólogo: "A primeira tese da Teologia da Libertação é que em Jesus Cristo, Deus faz uma opção pelos pobres, não porque os pobres são bons ou ruins, mas porque são pobres." Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p.51.

<sup>136</sup> Nós cristãos, somos discípulos de um prisioneiro político". Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986, p.52

aprovado pela Provisão da Mesa da Consciência em data de 7/7/1766." <sup>14</sup> E referindose a esta Irmandade:

Por outra Provisão de 10 de novembro de 1772 foi concedido á mesma Irmandade dita o uso de mais 6 sepulturas/ além de outras 6 que lhe foram permitidas a princípio, talvez pelo seu Compromisso/ para os filhos dos Irmãos da mesma Irmandade, como consta do documento registrado á fl. 95 do dito Livro, com a provisão, e Despacho respectivo. (...) a Irmandade dita e Povo fizeram esta Capela. <sup>15</sup>

Farei aqui apenas uma referência à denominação da igreja": "A "boa morte" era a esperada, a vagarosa, de modo a permitir que a pessoa colocasse em ordem os assuntos terrenos, se arrependesse de seus pecados e tomasse providências para que a alma ficasse pouco tempo no purgatório e se encaminhasse ao paraíso. Mesmo dolorosa, a morte lenta era a melhor de todas(...) Era muito comum a família do doente chamar um licenciado para medicá-lo ou mesmo para tentar salvar-lhe a vida, embora acreditasse que a doença fosse "dada" por Deus (...) No testamento, encomendava-se a alma a alguns santos, eleitos protetores, escolhiam-se o tipo e a cor da mortalha, o lugar do sepultamento, os padres e as pessoas que acompanhariam o cortejo fúnebre, determinavam-se as missas para a própria alma e para as de outras pessoas, reconheciam-se as dívidas etc" <sup>16</sup> Na Igreja de São José, no Rio de Janeiro, há uma imagem do "Trânsito de São José", que nos dá uma compreensão mais viva do sentido do bem morrer.<sup>17</sup>

Ao contrário do exposto por João Barbosa Pinheiro Távora<sup>18</sup>, de que o templo teria sido construído pela Companhia de Jesus e recebido sua denominação pelo fato de para ele acorrerem as populações locais atingidas pelos surtos de malária do

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Freguesia de Santo Antônio de Sá, antigamente de Cassarabú, orago – Da Vila do mesmo título de Macacu. Visitas Pastoraes – Monsenhor Pizarro, 1794. Cópia do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Freguesia de Santo Antônio de Sá, antigamente de Cassarabú, orago – Da Vila do mesmo título de Macacu. Visitas Pastoraes – Monsenhor Pizarro, 1794. Cópia do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> FARIA, Sheila de Castro. Viver e morrer no Brasil Colônia, São Paulo: Moderna, p.51

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Na imagem, José, moribundo, é ladeado pela Virgem Maria e Jesus, tendo assim, a morte humana mais perfeita. Também Nossa Senhora da Boa Morte, venerada por Irmandades, traz um sentido de companhia na hora da morte.

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> TÁVORA, João Barbosa Pinheiro. Corografia Especial Município Cachoeiras de Macacu. Cachoeiras de Macacu, 1980.

Macacu e Guapiaçu, para lá terem uma "boa morte", tese que refutamos em face aos documentos e ao que encontramos na bibliografia acerca do ideal do "bem morrer". 19

No cotidiano do catolicismo tradicional, a igreja foi local para cumprimento das "desobrigas", de cunho sacramental:

Das regalias de Curada está gozando esta Capela; porque ali se conserva um Livro para Assentos de Batismos, Casamentos e Falecidos, que depois são passados para os Livros da Matriz e nela se fazem todas as funções paroquiais, tendo para isto um atual Capelão. Os ornamentos, e mais alfaias achei perfeitas, e muito novas. A Pia Batismal, que é de madeira, estava sã, e os vasos, ou Ambulas dos Santos Óleos conservam-se á muitos anos sem palhetas para os respectivos Ministérios (...) Aqui há uso de Sepulturas, e se fazem todos os Sacramentos.<sup>20</sup>

Até 1833 a igreja tinha apenas a capela-mor, de acordo com o cônego Joaquim Pereira dos Reis, em Visita de 1831:

A Capella de São Joze, com a invocação do mesmo Santo com patrimonio de cento e dez braças de terra, e q só tem feita a Capella Mor, não hindo mais avante por que não há que o faça. e para esta Capella q se tem requerido nova Freguesia e ella seria bem concedida por que há materia para tal requerimento.(...). Todos querem mais nada obrão, e a Capella que podia ser grande couza, he apenas huma cabeça sem corpo, e nada mais. Todavia he necessario huma devisão na Freguezia de Macacu, porque he extencissima e não pode ser bem paroquiada. (...)" 21

A freguesia de São José da Boa Morte foi criada pela Resolução n.11, de 7/08/1834, desmembrada da de Santo Antônio de Sá e, pelo Decreto n.110 de 23/12/1837 a igreja passou a ser sua matriz, sendo então reformada e ampliada com tijolos maciços.

A Irmandade - com sua igreja - era fração da elite local, dona de terras, escravos e casas de comércio. Constituíram-se, para acompanhar as obras, duas comissões: uma de 1846 e outra de 1851, com os seguintes membros: Francisco José Gonçalves Roque, padre e lavrador; Anselmo José da Cruz, comerciante de secos e molhados e

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Ver também REIS, João José. A morte é uma festa- ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. SP"Cia das Letras, 1991.

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Freguesia de Santo Antônio de Sá, antigamente de Cassarabú, orago – Da Vila do mesmo título de Macacu. Visitas Pastoraes – Monsenhor Pizarro, 1794. Cópia do original manuscrito. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Visita Pastoral – Mons. Joaquim Pereira dos Reis – freguesia de São José da Boa Morte – 1831 – Original manuscrito . Seção de Manuscritos – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

José Emigdyo Duque Estrada, fazendeiro, para 1846; José da Natividade e Almeida, padre; José Dias Duque Estrada, fazendeiro e Juiz de Paz; e João José Domingues, lavrador e Juiz de Paz, para 1851.<sup>23</sup> Observando-se a composição da Câmara Municipal de Santo Antônio de Sá para o período de 1861 a 1864, extraída do Almanaque Laemmert, temos: de Sant'Ana de Macacu, Zózimo Ferreira da Silva, presidente e fazendeiro; Jozé Francisco de Castro Azevedo, negociante de secos e molhados e vereador; de Santo Antônio de Sá (Vila), Antônio Marques Ferreira Barbosa, lavrador e vereador; de São José da Boa Morte, os vereadores Antônio Dias Duque Estrada, fazendeiro; Antonio Dias da Motta Duque Estrada, fazendeiro e lavrador; Joaquim Francisco Ennes, comerciante e lavrador e Francisco Rodrigues Ferreira, lavrador.<sup>24</sup> Vemos, portanto, tanto na Irmandade como na Câmara Municipal da Vila, o controle e a importância política e econômica da elite agrária e escravista de São José da Boa Morte, através de seu acesso às estruturas de poder no conjunto dos proprietários do município de Santo Antônio de Sá.

#### O conflito

Segundo o Processo de Tombamento da Igreja de São José da Boa Morte, do INEPAC, ä partir do final do século XVIII, a população local foi duramente castigada pela malária, conhecida na Provínicia do Rio de Janeiro como "febre do Macacu". A pior epidemia ocorreu entre 1831 e 1835, ficando registrada nos livros de óbito conservados atualmente na Igreja de Santana de Japuíba (...). Os rios Macacu, Guapiaçu e Casseribu, principais vias de ocupação da região, representavam paradoxalmente um flagelo para a população.

Já em 1835 os Relatórios do Presidente da Província do Rio de Janeiro reclamavam por medidas como...

a abertura de vários canaes ou vallas, de modo que se evitem as sinuosidades que n'esse espaço apresenta o Rio...e dessecar-se-hão assim os pântanos, que ali formão as águas represadas e d'esta arte se concorrerá para o desapparecimento das febres perniciosas..."<sup>25</sup>

#### E continua o texto do Processo:

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> Almanaque Laemmert. Anos de 1846 a 1869. Site www.genealogias.org.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Almanaque Laemmert. Anos de 1846 a 1869. Site www.genealogias.org.

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Processo de Tombamento da Igreja de São José da Boa Morte. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. Secretaria de Estado de Cultura, 1989.

As sucessivas epidemias e o consequente esvaziamento periódico da região marcaram profundamente a forma de ocupação das terras. A cada reocupação do Vale, uma nova disputa. A partir de 1930 o Rio Macacu e o Guapiaçu foram finalmente drenados e retificados, o que, junto com a introdução do DDT e a erradicação da malária nos anos 40, valorizou os terrenos antes pantanosos e malarígenos e reacendeu a luta entre os latifundiários e os posseiros. A antiga Fazenda de São José da Boa Morte, antes abandonada por várias décadas, já estava ocupada por dezenas de famílias de lavradores quando passou a ser reclamada pela família Cunha Bueno na década de 50. A disputa (...) se arrastou até a sua desapropriação, para fins de reforma agrária, pelo Presidente João Goulart, em janeiro de 1964. Entretanto, o ato de desapropriação foi anulado após a Revolução de 1964, os lavradores foram violentamente expulsos e a terra foi devolvida aos pretensos proprietários. Em 1981 o Presidente João Figueiredo assinou novo ato de desapropriação<sup>26</sup>, o que finalmente deu status jurícido de colônia do INCRA à comunidade (...) que luta atualmente para viabilizar um sonho de mais de dois séculos: viver e produzir com saúde e dignidade às margens do Rio Guapiacu." 27

## Ampliando um pouco o relato:

A região conflituosa conhecida como São José da Boa Morte, de acordo com os registros de informantes e o noticiário de vários iornais, abrange terras adquiridas pelo INIC para o estabelecimento do Núcleo Colonial de Papucaia (às vezes designadas como "200 alqueires"); terras devolutas da União que estavam ocupadas por famílias de posseiros desde o início da década de 50; as terras da antiga fazenda São José da Boa reivindicadas por inúmeros proprietários, dentre os quais se destaca a Fazenda Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A.. Mesmo quando há um registro dessas áreas em cartório, persistem os obstáculos para precisar sua localização, devido a indefinição dos seus limites e a dúvida quanto a falsificação dos títulos apresentados por muitos pretensos donos. (...) Na verdade, a discussão em torno das terras pertencentes ao Núcleo dimensiona um dos problemas mais graves da Baixada Fluminense na década de cingüenta; a indefinição do guadro fundiário. A guestão foi analisada detidamente por Mário Grynszpan (1987), que aproveita os dados levantados pelos geógrafos Pedro Geiger e Myriam Mesquita (1956) para associar a especulação com terras e a realização de obras de saneamento na região. O autor conclui que obras públicas de infraestrutura que visavam beneficiar o desenvolvimento agropecuário, acabam enriquecendo grileiros que chegam com o saneamento e a construção de estradas para expulsar

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> Decreto n° 85.661, de 22 de janeiro de 1981.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> Processo de Tombamento da Igreja de São José da Boa Morte. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. Secretaria de Estado de Cultura, 1989.

lavradores enraizados nas terras valorizadas a partir das obras saneadoras iniciadas em 1930. <sup>28</sup>

A disputa pela posse da terra parece ter atingido níveis extremos. Do conjunto das informações veiculadas pelos órgãos de repressão, em relação às invasões da Fazenda São José da Boa Morte colhemos trecho do depoimento de um lavrador, empregado da Fazenda:

os invasores formaram-se um verdadeiro exército, com chefes, pelotões de combate e, inclusive, o declarante teve oportunidade de assistir a aulas de guerrilhas ministradas aos invasores; que muitas revistas de assuntos sobre Cuba, Rússia e China eram espalhadas entre os invasores; que os invasores comentavam que o declarante e os demais que não haviam aderido a eles, seriam colocados num "paredón", sendo que o lugar escolhido para os fuzilamentos já estava demarcado: a parede das ruínas de uma igreja, lá existente.<sup>29</sup>

Acerca desse "fato", Luiz Rogério comenta: "Embora exista uma referência à ameaça de fuzilamento no "paredón" das ruínas da velha igreja, suas declarações [de João Azeredo, lavrador] amenizam o recurso indiscriminado à violência presente no depoimento anterior". <sup>30</sup>



Foto 3: Lavradores entrincheirados nas ruínas de São José da Boa Morte Foto: Ailton Fernandes

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960-1964) Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, 1994.

Depoimento de Anísio Pires de Oliveira, lavrador empregado da Fazenda São José da Boa Morte, em 1964, ao Departamento de Polícia Política e Social acerca da ocupação do imóvel movida por lavradores no mesmo ano, extraído do IPM contra Ubirajara Muniz, ex-prefeito cassado de Cachoeiras de Macacu.

<sup>&</sup>lt;sup>30</sup> SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960-1964) Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, 1994. p. 90

12

Em seu trabalho, Luiz Rogério analisou o contexto do conflito por terras em São José da Boa Morte no período de 1960 a 1964, quando, com o Golpe Militar foi cassado o então prefeito municipal de Cachoeiras de Macacu, eleito pelo PTB, o engenheiro Ubirajara Muniz, já falecido, e alguns vereadores ligados ao mesmo partido. Ubirajara Muniz, juntamente com os outros atores nesse processo histórico na região, parece ter tido um relevante papel nos conflitos, dada a volumosa documentação existente sobre o mesmo nos arquivos do DOPS e no Fórum da Cidade. Indivíduo odiado por seus opositores, foi cassado pela Câmara Municipal poucos dias após a deflagração do Golpe, em reunião extraordinária convocada especialmente para este fim.

Moveu então processo para ser reintegrado no cargo de prefeito e pela decisão do promotor local, na página 28 do processo, pode-se perceber o quanto os ódios se acirraram naquele momento:

Quanto ao mérito. A Câmara agiu dentro de suas atribuições e o fez não só pela forma processual certa, mas com o voto da totalidade de seus edis. Quanto aos fundamentos daquela sábia decisão, nenhuma restrição a opor o requerente, primário em sua intenção e cultura política, é todavia criminoso de alta periculosidade, tendo insuflado e compartilhado de invasão de propriedades e roubo de animais adas mesmas, fazendo ainda chantagem contra inúmeros fazendeiros do município, deles exigindo dinheiro sob pena de invasão de suas fazendas. Está por esse fato, respondendo processo penal no município, devendo ter sua prisão preventiva decretada. Elemento subversivo como se vê do incluso relatório fornecido pelo DOPS, foi pelo mesmo fato, demitido do DNER. É este vulgar arruaceiro e cínico criminoso que se diz vitima de coação ilegal e que pretende mandado de segurança para continuar sua carreira de crimes e de subversão da ordem pública. O MP opina pelo indeferimento. 30.09.1964. 31

E à página 41, no item "Contra razões de agravo de petição", sobre o mérito, o mesmo promotor concluía:

E uma revolução tem suas leis próprias, que advém do simples fato de ter sido vitoriosa. Pretender dar forma legal a uma revolução, é irrizório. Ela é legal porque é vitoriosa. Não o tivesse sido, e seus autores teriam sido considerados insurrectos. Não é pois admissível, que busque e encontre proteção nos poderes que quis derrubar o impetrante, uma vez que a Constituição e a Justiça não acoitam

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 03/08/1964 junto ao Juiz Municipal da cOmarca de Cachoeiras de Macacu, para sua reintegração no cargo de prefeito, após sua cassação pela Câmara Municipal em abril/1964

direitos que não existem. Espera dest'arte, espera o MP ver negado provimento ao agravo, afim de ser mantida a sentença denegatória de segurança."<sup>32</sup>

Muniz nunca se declarou ou se viu praticando em Macacu o culto católico ou protestante, mas eventualmente relatava uma visão que teria tido da Virgem Maria, quando nos cárceres da Ditadura e este já dizia não ter mais esperanças de sua própria sobrevivência<sup>33</sup>.

# A Igreja da Teologia da Libertação

Será justamente na documentação movida pelo DOPS contra Ubirajara Muniz que encontraremos referências à atuação dos já referidos padres ligados à Teologia da Libertação, Agostinho van den Broek, Joaquim van Leewen e também o padre José Policarpo Silva.

No trabalho denominado "243 anos de devoção" solicitado pela Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição por motivo da comemoração do 25º aniversário de consagração desta igreja em 1965, utilizei como fonte o Livro de Tombo da Paróquia, onde encontrei referências acerca da ação pastoral de cunho progressista realizada por estes padres nas décadas de 70 e 80. A formação de Comunidades Eclesiais de Base era uma tônica dessa ação nas localidades situadas na zona rural do município. Exemplos como as comunidades do Vecchi e Quizanga, formadas em 1971 e no ano seguinte seria criada mais uma, no Subaio. Oito anos mais, nesta última e na do Vecchi seriam iniciadas a construção, em regime de mutirão e em pau-a-pique, suas respectivas capelas. Outras localidades da zona rural de Cachoeiras de Macacu teriam suas próprias comunidades de base: Guapiaçu, Côco Duro, Serra Queimada, Anil, Areal, Km 23 e Km 18 da RJ-122- Estrada Rio-Friburgo e São José da Boa Morte, no 3º distrito. Além das capelas de Valério e Boca do Mato, na RJ-166, zona urbana do 1º distrito.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 03/08/1964 junto ao Juiz Municipal da cOmarca de Cachoeiras de Macacu, para sua reintegração no cargo de prefeito, após sua cassação pela Câmara Municipal em abril/1964

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Eu pessoalmente ouvi algumas vezes de Ubirajara esse relato.

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> A parte do trabalho relatada aqui foi na época censurada pelo padre palottino Cristóvão Sopicki, vigário da mesma paróquia a partir de 1990 e não publicada no periódico da mesma com a alegação de "falta de espaço".

Numa busca da prática democrática dentro da instituição religiosa, o padre Agostinho criaria em 1967, o segundo Conselho Paroquial, eleito por voto direto pela comunidade católica. Atuando com recursos próprios advindos de campanhas e dinheiro arrecadado na Europa (Holanda e Alemanha), através da Cáritas Diocesana e a realização de vários mutirões populares, inaugurou em 1975 o prédio do Salão e Casa Paroquial. No ano de 1976, por determinação do Conselho Paroquial, "em reunião histórica" segundo o Livro de Tombo, foram extintas as espórtulas pelos sacramentos na paróquia, passando-se para a modalidade de contribuição espontânea. <sup>35</sup>

A fim de divulgar notícias das paróquias, padre Agostinho criaria, em 1977, o periódico intitulado "Boa Notícia", com edições de oito a doze páginas, tamanho meio ofício, produzido artesanalmente, em mimeógrafo a tinta, tratando de vários assuntos: formação religiosa, informativos das capelas, eventos, realidade brasileira e temas referentes à justiça e direitos humanos, sendo comum a inclusão de colunas escritas por alguns leigos. Na década de 90, o "Boa Notícia" encontrava-se extinto, tendo tido menção na documentação do IPM movido contra Ubirajara Muniz.

Na década de 80 foi vigário o padre José Policarpo Silva, baiano de Caldas de Cipó<sup>36</sup>, ordenado na mesma paróquia, em 01/05/1979, substituto do padre Agostinho van den Broek. À frente da paróquia de Sant'Ana, em Japuíba, continuava o padre Joaquim Van Leewen. Portanto, vê-se a hegemonia da ação pastoral e catequética em Cachoeiras de Macacu voltada para os objetivos da Teologia da Libertação. Este seria o perfil da organização paroquial que atravessaria os conflitos pela terra em São José da Boa Morte.

Na Informação No 09/81, de 31/01/1981, do Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública sobre o "Movimento de Lavradores em Cachoeiras de Macacu", encontramos a ação persecutória do Estado sobre as atividades realizadas por estes vigários. O documento comenta que após chegar à Cidade a notícia da desapropriação da Fazenda São José

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Segundo o mesmo Livro de Tombo, a arrecadação do dízimo subiria de 1.300 para cerca de 2.800 cruzeiros mensais.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup> Padre Policarpo chegou a ter o "mérito" da visita de um grupo, durante sua administração na paróquia, integrante da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP. Fui testemunha ocular do episódio e me recordo quando fechou a Matriz e saiu da Cidade para não ter que receber os tefepelistas, que fizeram um ato público, com seus estandartes e capinhas vermelhas no centro da Cidade. Recentemente, descobri que um senhor, residente em Cachoeiras de Macacu e amigo pessoal, assina o periódico "Catolicismo", da TFP.

da Boa Morte, os lavradores se organizaram para a ocupação da mesma, a partir da localidade de Papucaia, no 2º distrito. Diz o documento:

A concentração teve início às 16,00 horas, na praça principal daquele distrito, em frente à Igreja Nossa Senhora de Fátima, onde às 18,00 horas foi celebrada missa pelo Bispo de Nova Friburgo D. Clemente José Carlos Isnard, estando ainda presentes os bispos de Volta redonda, D. Valdir; e de Itaguaí, D. Vital; e os padres Agostinho Van Den Broek, de Cachoeiras, Joaquim Maria Van Leween, de Santana de Japuíba, Padre Policarpo, de São Sebastião do Alto<sup>37</sup> e o padre Henrique, de Goiás. <sup>38</sup>

Concentração em frente a uma igreja, missa, presença de vários eclesiásticos, incluindo-se 3 bispos denotando a forte presença do elemento religioso no movimento, ao lado de outras entidades que estiveram presentes com seus respectivos representantes e que são mencionadas no documento. Entretanto, a ação não se restringiu à cerimônia religiosa:

Após a missa, padre Joaquim anunciou que seria realizado um ato público no Centro Comunitário, ao lado da Igreja, para onde foram levadas faixas que se encontravam ali guardadas e que clamavam por novas desapropriações e pela continuação da luta dos lavradores, ficando esclarecidos que a missa e o ato já estavam marcados para comemoração da prisão de lavradores por invadirem a Fazenda São José da Boa Morte há um ano, sendo transformada essa solenidade em festejos pela desapropriação das terras acima referidas.<sup>39</sup>

Nos anexos constantes do Processo de Tombamento da Igreja de São José da Boa Morte, além de matérias de jornal acerca da luta pela posse da terra naquela reunião, há a cópia de foto de uma missa realizada no interior das ruínas, onde se pode perceber, além do grande público, uma faixa com os dizeres "A terra para quem nela trabalha". O padre Joaquim, de vestes sacerdotais brancas, aparece no centro da foto.

A ocupação das terras da Fazenda, anterior à sua desapropriação foi liderada pelo padre Joaquim em 1980, tendo sido este e dezenas de lavradores presos e encaminhados à Delegacia de Polícia em Cachoeiras de Macacu. O fato foi comentado na imprensa na matéria "Lavradores e Padre presos em Cachoeira de Macacu vão ao

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Em 1981 Policarpo encontrava-se já transferido para São Sebastião do Alto (RJ)

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Informação No 09/81, de 31/01/1981, do Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

<sup>&</sup>lt;sup>39</sup> Informação No 09/81, de 31/01/1981, do Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública

INCRA pedir terra": "Quem foi preso levanta o braço". O pedido do Padre Joaquim Van Leween ("dos leões" em holandês), seguido de seu próprio gesto, foi atendido de uma só vez, como se ensaiado, pela maioria das pessoas que, ontem à tarde, ocuparam o gabinete do coordenador regional do INCRA, acompanhadas de parlamentares, membros do Comitê Brasileiro de Anistia e de dirigentes da Federação do Trabalhadores na Agricultura. Eles chegaram um pouco atrasados – um dos três ônibus enguiçou perto de Niterói – de Cachoeiras de Macacu, onde na véspera 79 lavradores, o Padre e nove menores tinham sido presos sob a alegação de desmatamento e invasão de terras. No INCRA, o substituto do coordenador prometeu encaminhar os problemas depois de uma hora e meia de debate."

No Informe No 667/82-S1/SR/DPF/RJ, de 11/06/1982, também do Departamento Geral de Investigações Especiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública sobre "Utilização de réplica da cruz de Ronda Alta/RS — Estado do Rio de Janeiro", são repassadas aos órgãos da repressão informações sobre uma caminhada realizada em 01/05/1982, com uso da réplica da cruz de Ronda Alta, de Papucaia até São José da Boa Morte, inclusive com o cântico da música de Geraldo Vandré "Pra não dizer que não falei de flores". Estiveram presentes políticos entidades classistas locais e de outras regiões. Foi realizado ato ecumênico, segundo o Informe, no interior da propriedade de um tal "Takaoka" e que também que foram cantadas músicas religiosas e lidos trechos da Bíblia "sendo a cerimônia dirigida pelo Padre Johannes Maria Joachim Van Leewen..."

Outro Informe, de 11/09/1981, com base em convite apreendido em Papucaia sobre reunião de trabalhadores rurais na Igreja Católica de Marubaí promovida pela Comissão Pastoral da Terra – CPT comenta que a mesma trataria de assunto

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> A cópia xerox da matéria não permitiu a identificação do nome do Jornal que a publicou, A prisão foi realizada em 30 de janeiro de 1982 pela Polícia Militar, sendo detidos na DP de Cachoeiras de Macacu. O autor deste trabalho, à época com 19 anos de idade, foi testemunha ocular do ocorrido. À noite do dia 30 já haviam chegado ao local ônibus e caminhões oriundos da zona rural do município, em especial da localidade do Vecchi, no 3º distrito do Subaio. Os padres Agostinho van den Broek e José Policarpo Silva acorreram ao local e foram acionar os advogados da Comissão Pastoral da Terra. Um forte aparato policial de choque chegou e isolou a Delegacia, onde no pátio estavam colocadas enxadas e foices tomadas aos lavradores. O autor se recorda de um sargento colocando um pente de munição numa pistola 9 mm, dando ordem para afastar o povo da DP. Os lavradores e o povo gritaram "Solta o padre". Libertado primeiro, ao aparecer na porta da DP, o padre Joaquim foi aplaudido pelos lavradores. O Grupo Jovem da Paróquia Imaculada Conceição distribuiu panfletos em meio à população em frente a DP. O Jornal, entretanto, omitiu a "prisão" da cachorra Baleia, que viera junto com os lavradores presos.

ligado à invasão das terras da Fazenda São José da Boa Morte, recentemente desapropriada pelo Governo, por motivo de tensão social reinante na região, caso fossem excluídas as áreas já registradas como empresas rurais, cuja demora da distribuição aos lavradores estaria impacientando aqueles dirigentes da chamada ala "progressista" do clero, que de há muito vêm insuflando a invasão de terras na Baixada Fluminense, com o apoio dos Sindicatos Rurais e da FETAG-RJ.

O Informativo No 06/80, de 1º de janeiro de 1980 traz informações detalhadas sobre o padre Joaquim e "... xerox em 08 páginas do boletim informativo "Boa Notícia" de no 1/80, das paróquias de Cachoeiras de Macacu e Sant'Ana de Japuiba, distribuídos em Cachoeiras de Macacu pelos padres..." Em suma, a Igreja Católica em Cachoeiras e Japuiba, parte da comunidade e os padres, estiveram envolvidas nos conflitos por terra no Município, onde capelas e o Centro Comunitário em Papucaia serviram não apenas como locais de culto, mas espaços para organização popular e discussão política. A práxis da Teologia da Libertação, unindo ação comunitária e fundamentação teológica já comentada, foram vivas e presentes na religiosidade local. Ação não sem oposição.

Na Informação No 73/81, de 25/05/1981, sobre possível convite do padre Joaquim ao ex-prefeito cassado Ubirajara Muniz "líder do Partido Democrático Trabalhista" para inauguração do Centro Comunitário da Igreja Nossa Senhora de Fátima, em Papucaia, temos que o padre "está causando descontentamento na comunidade, falando-se inclusive, num abaixo-assinado a ser encaminhado pelos comerciantes e residentes no centro da Vila, ao Bispo, pedindo a saída do sacerdote."

Estes sacerdotes atuaram durante vários anos em suas funções. Após a saída do padre Policarpo, em 1987, a paróquia da Imaculada Conceição veria contínuo rodízio de sacerdotes: em março desse mesmo ano, o padre Benedito José de Mesquita; em maio, padre José Romero Rodrigues de Freitas; em agosto, o padre Mário José de Oliveira; em dezembro de 1989 o padre Francisco de Assis. Em 1990 foi empossado o padre polonês da ordem de São Vicente Palotti, Cristóvão Sopicki, consolidando uma orientação mais conservadora na paróquia e abrindo espaço para o movimento carismático e dos Focolares no Município. Atualmente responde pela paróquia da Imaculada Conceição o padre, também palottino, José Stepinsky; em Japuíba, o padre secular Henrique Luís (atualmente falecido). Hoje, na paróquia de

Nossa Senhora de Fátima, criada na década de 90, em Papucaia, assumiram padres ligados também ao movimento da Renovação Carismática Católica - RCC.

### Patrimônio histórico, turístico e cultural

Concluo com um trecho do Processo de Tombamento da Igreja de São José da Boa Morte, que menciona em sua introdução que a igreja "... hoje parcialmente arruinada, transformou-se em símbolo de luta dos lavradores cachoeirenses contra as doenças infecto-parasitárias e pelo direito à terra para quem nela trabalha." O processo está acompanhado por dezenas de assinaturas de lavradores.

Há alguns anos atrás, ao levar alunos da 8ª série da E. M. Engº Elias Farhat, em São José da Boa Morte, a uma visita às ruínas, fiquei pasmo. A maioria deles, de confissão religiosa protestante, sequer já havia entrado no velho templo. Parece-me que hoje esta tradição não subsiste mais e nem é repassada pela memória ou pelos órgãos governamentais de Educação aos mais jovens. A população do assentamento, esmagadoramente integrante da Assembléia de Deus, muitos dos quais chegados ao local em data posterior aos conflitos, não mais transmite a seus descendentes o valor simbólico que por algumas décadas cobriu esse templo de um significado particular, visto hoje apenas como ruínas do templo de um credo que não professam. São José da Boa Morte, obra da elite local "branca" e escravista, passaria a ser, por um período, símbolo na luta pela terra. Hoje é objeto de preservação pelo seu valor monumental e potencialidade turístico-cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FARIA, Sheila de Castro. Viver e morrer no Brasil Colônia. São Paulo: Moderna, 2002.

Processo de Tombamento da Igreja de São José da Boa Morte. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. Secretaria de Estado de Cultura, 1989.

REIS, João José. A morte é uma festa- ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960-1964) Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, 1994.

TÁVORA, João Barbosa Pinheiro. Corografia Especial Município Cachoeiras de Macacu. Cachoeiras de Macacu, 1980.

Teologia da Libertação e Socialismo – entrevista com Frei Betto. Revista Socialismo e Democracia, Ano III No 10, Abril-Junho..SP: Editora Alfa-Omega, 1986.